



SNBU 2025

XXIII Seminário Nacional de
Bibliotecas Universitárias

17 A 20 DE NOVEMBRO
SÃO PAULO - SP

Eixo 4 – Produtos, Serviços, Tecnologias e Inovação

Centros de memória: Ana Maria Camargo e a criação do curso de atualização profissional da BBM/USP

Memory centers: Ana Maria Camargo and the creation of the BBM/USP professional update course

Andréia Wojcicki Ruberti – Universidade de São Paulo (USP) – andreiaw@usp.br

Resumo: Centros de memória são constituídos por materiais bibliográficos, arquivísticos e museológicos. Embora a definição não seja clara no Brasil e poucos profissionais estejam capacitados para atuar nesses locais, os centros de memória vêm crescendo nas organizações públicas e privadas como setores de guarda da memória institucional, necessitando de normas específicas e protocolos de gestão. O texto reflete sobre os conceitos e funcionalidades desses espaços de custódia, apresentando o primeiro curso de atualização profissional em centros de memória, direcionado a bibliotecários, arquivistas, museólogos e áreas afins, criado por Ana Maria Camargo (FFLCH/USP) junto à Biblioteca Brasileira Mindlin da USP.

Palavras-chave: Centros de Memória (Brasil). Centros de Memória (gestão). Profissional da Informação (formação profissional). Coleções (custódia).

Abstract: Memory centers are made up of bibliographic, archival and museological materials. Although the definition is not clear in Brazil and few professionals are qualified to work in these places, memory centers have been growing in public and private organizations as sectors for the safekeeping of institutional memory, requiring specific standards and management protocols. The text reflects on the concepts and functions of these custody spaces, presenting the first professional update course in memory centers, aimed at librarians, archivists, museologists and related areas, created by Ana Maria Camargo (FFLCH/USP) at the Biblioteca Brasileira Mindlin of USP.

Keywords: Memory Centers (Brazil). Memory Centers (management). Information Professional (professional training). Collections (custody).





1 INTRODUÇÃO

Os centros de memória são locais onde o passado e o presente se encontram. Através desses lugares de custódia, documentos de arquivos permanentes podem ser usados com intuito científico, social ou cultural.

Normalmente, reúnem em seus acervos documentos, livros, fotografias, diplomas, entre outros, que representam a história de uma instituição pública ou privada.


Para Camargo (p. 6, 2015), “os arquivos nascem em decorrência das ações praticadas por pessoas jurídicas e físicas ao longo de suas respectivas trajetórias”. Os documentos são entendidos como ferramentas de gestão, instrumentos pelos quais as atividades de tais pessoas se realizam, servindo, ao mesmo tempo, de comprovantes de que as atividades foram realizadas.

Embora a existência dos centros de memória não seja algo novo, a confusão acerca da sua definição e das formas de constituição persiste, assim como da organização desses espaços de guarda.

“A ideia de que os centros de memória são um misto de arquivo, biblioteca e museu – e que extraem dessa mistura novas funcionalidades – não se esgota no inventário de suas afinidades e diferenças. É preciso verificar até que ponto constituem um espaço institucional realmente novo, o que implica verificar também em que medida seu aparecimento, no âmbito das organizações, reflete as profundas alterações ocorridas no mundo contemporâneo.” (Camargo, p. 10, 2015).

De acordo com Goulart (2023), os centros de memória cumprem a função memorial por meio do registro de ocorrências e eventos, políticas, processos de trabalho, tecnologias, além de apoiar a gestão por meio da disseminação dos dados e informações contidos nos documentos acumulados e produzidos para o exercício das atividades que dão conta das funções institucionais, custodiando a documentação da entidade de valor histórico, interesse social e cultural com vistas a disponibilizá-la para pesquisa.

A ideia de desenvolver esse texto partiu da curiosidade sobre o conceito e os processos dos centros de memória no Brasil, assim como da indissociabilidade dos estudos em Arquivologia da figura da professora Ana Maria Camargo (1945-2023), pioneira no tema em São Paulo.



Ana Maria Camargo, considerada uma das maiores especialistas e pensadoras da questão dos arquivos no Brasil, foi idealizadora do curso de atualização profissional denominado “Centros de memória: fundamentos e perspectivas”, em parceria com a Biblioteca Brasileira Mindlin da Universidade de São Paulo (BBM/USP). “O curso formou profissionais de acervos do Brasil inteiro. Sempre teve uma procura enorme, muito pela liderança da professora Ana Maria, que era reconhecida nacionalmente”, declara o sociólogo Alexandre Saes, diretor da Biblioteca (Viana, 2023).

Adicionalmente, na BBM/USP, contribuiu com a organização do arquivo da Instituição e estava bastante envolvida com a reflexão sobre o futuro da brasileira, sempre sugerindo caminhos e projetos tanto para a expansão da coleção, como também para sua disseminação. Muitos anos antes, Camargo herdou, assim como a BBM/USP, parte da biblioteca do bibliófilo Rubens Borba de Moraes (1899-1986), de quem foi aluna. Juntos organizaram a Bibliografia da Imprensa Régia do Rio de Janeiro (Edusp/Kosmos, 1993), publicada após a morte de Borba. Talvez por isso também seu interesse em atuar nos arquivos da BBM, doados em parte por Borba de Moraes a outro bibliófilo, José Mindlin.


Diante disso, inter-relacionar os estudos sobre a importância dos centros de memória com a proposta de atualização de profissionais para atuar nesses espaços parece interessante como reflexão sobre a história e as tendências do tema, além de trazer à cena a figura de Ana Maria Camargo.

2 DEFINIÇÕES DE CENTROS DE MEMÓRIA

Segundo Camargo (p. 10, 2015), a ideia de que os centros de memória são um misto de arquivo, biblioteca e museu não se esgota no inventário de suas afinidades e diferenças.

Para Barbanti (p. 17, 2016), “a definição de Centro de Memória não é clara nem padronizada no Brasil.” Assim, se convencionou chamar intuitivamente o lugar de guarda de informação documental, de forma centralizadora.

As estruturas pensadas para implantação de centros de documentação, desenvolvidos na década de 1970, são integrantes da forma atual como esses



dispositivos de guarda de documentação foram absorvidos pelas universidades, empresas, órgãos públicos e instituições em geral, de acordo com Célia Camargo (2003).


Pode-se dizer principalmente que o que antigamente era chamado de centro de documentação – uma instituição híbrida – é equivalente ao que hoje chamamos de centro de memória (Lauretti, p. 6, 2011).

Os centros de memória são setores criados dentro de empresas públicas e privadas para realizarem ações em torno da memória da empresa, se apresentando em diferentes modelos dentro das organizações. Geralmente armazenam acervos híbridos, como os convencionalmente encontrados em arquivos, bibliotecas e museus, assumindo também o papel de produzir conhecimento, ao se pesquisar a história institucional. Para Pazin (2019), o conceito de memória organizacional e a atuação dos centros de memória exercem papel na gestão do conhecimento, operado como fontes de informação para tomadas de decisões em benefício da instituição.

Em entrevista ao SESC/SP, em 2019, Ana Maria Camargo mencionou que o nome “centro de memória” é uma peculiaridade do Brasil. “Basta pesquisar na literatura de outros países, e não se vai encontrar essa expressão para designar um arquivo ou um centro de documentação”. Se eu fosse comparar o centro de memória com as instituições mais convencionais de custódia de documentos, como museus, bibliotecas e arquivos, eu o aproximaria da ideia de “arquivo”, e vou justificar: acho que um centro de memória é (ou deveria ser) um arquivo ampliado. E complementa: “Silvana Goulart e eu partimos da ideia de que “centro de memória” é um novo nome para designar velhas práticas que, por sua natureza, foram assumindo um caráter pejorativo, ou de menor importância”.

Segundo as observações e experiência profissional de Camargo e de Goulart, nas entidades privadas, principalmente, o centro de memória costuma se tornar o lugar para uma pequena exposição, um pequeno museu, um espaço onde ficam os papéis e os objetos que serão depois transformados em livro institucional, normalmente relacionado ao setor de comunicação.

Porém um centro de memória seria um “arquivo alargado”, um arquivo que comporta não só o material que a instituição naturalmente produz e acumula ao longo das suas atividades, mas também aquele do qual ela se apropria para se desenvolver e cumprir sua missão. O centro de memória deve agregar, além do arquivo, documentos



que lhe são complementares, e que muitas vezes são produzidos por iniciativa do próprio centro. “Ele abrigaria todo e qualquer suporte de informação que possa ser útil ao organismo onde está instalado, qualquer que seja seu formato, sua linguagem, sua procedência” (Camargo, 2019).

O centro de memória deve ser um órgão que torna disponíveis, e de modo imediato, as informações necessárias para o funcionamento da instituição, sejam elas retiradas do arquivo administrativo, do noticiário de imprensa, de livros e artigos publicados ou dos depoimentos de antigos funcionários. São considerados mecanismos de retaguarda e sua importância está na sua instrumentalidade que, na opinião de Camargo, os torna invisíveis.

E sendo entendido como um arquivo ampliado, como um lugar que pode reunir tudo aquilo que é estratégico para a instituição, faz com que ele seja concebido de forma bem flexível.


Por fim, não se pode afirmar que existe um modelo perfeito para centros de memória ou uma definição única, mas estudos continuam sendo realizados para melhor operacionalizá-los e interligá-los à literatura existente.

3 O CURSO DE ATUALIZAÇÃO EM CENTROS DE MEMÓRIA DA BBM/USP

No Brasil, há uma gama de instituições públicas e privadas responsáveis pela formação acadêmica em Arquivologia, nos modelos presencial e EAD. Atualmente, na cidade de São Paulo, há cursos de graduação na área somente em formato EAD.

A graduação em Arquivologia possibilita a aquisição de conhecimentos e o desenvolvimento de habilidades e competências. Essas, por sua vez, são necessárias para que o profissional seja capaz de dominar tais conhecimentos para que possam atuar como arquivistas nas mais diversas regiões do Brasil, sendo necessário o estabelecimento de características peculiares que demarcam e qualificam esses cursos (Oliveira, 2014).

Há diversas propostas de cursos de graduação em Arquivologia e, conseqüentemente, de propostas curriculares decorrentes das diferenças entre as vinculações acadêmicas e institucionais dos cursos, além disso, as formações dos



docentes, os perfis dos alunos e as demandas do mundo do trabalho influenciam em tais grades (Martendal; Silva; Vitorino, 2017).

As estruturas curriculares contemplam sua própria realidade, porém, é possível identificar semelhanças entre os modelos de formação adotados pelas universidades. Alguns dialogam mais com a História, privilegiando, na estrutura curricular, os arquivos permanentes. Outros currículos estão mais próximos do setor da Administração, e, desse modo, os currículos voltam-se para os arquivos correntes e para a compreensão da gestão documental no âmbito administrativo (Martendal; Silva, 2020).

Nesse contexto, o universitário, ao concluir sua graduação e ao assumir suas funções profissionais em uma instituição, nem sempre se encontra preparado para atuar e para compreender as peculiaridades de um centro de memória.

Diante da iminente necessidade de atualização dos profissionais que atuam em arquivos, centros de documentos e centros de memória institucionais, bem como a crescente demanda das instituições de custódia de documentação empresarial, Ana Maria Camargo, em parceria com a Biblioteca Brasileira Mindlin da Universidade de São Paulo (BBM/USP) criou, em 2019, um curso em formato remoto.

Além da disseminação dos conhecimentos sobre o tema, o intuito foi também o de criar um grupo de estudos sobre centros de memória no Brasil.

O curso, ativo até hoje, tem por objetivo proporcionar uma visão teórico-prática da função estratégica que os centros de memória podem desempenhar no âmbito de instituições públicas e privadas. Em sua 5ª edição, é oferecido anualmente, após o processo seletivo para as 60 vagas ofertadas a graduados de diversas áreas do conhecimento, oportunizando a participação de profissionais e estudantes de todo o País.

Com aulas semanais e a duração de aproximadamente quatro meses, o curso conta com a participação de uma gama variada de docentes da USP e de profissionais do mercado, que proporcionam uma visão bastante completa sobre o tema, abordando os aspectos teórico-práticos de forma abrangente. Destina-se a pessoas graduadas que trabalham em organismos de custódia de documentos e desejam atualizar conhecimentos, aprimorando seu desempenho profissional.



O programa do curso foi dividido em 14 aulas, cada uma abordando um aspecto dos centros de memória. As primeiras edições do curso foram organizadas da seguinte forma:

Aula 1 “Em busca de uma definição: os centros de memória e a virtualização do mundo contemporâneo” ministrada pela própria Ana Maria Camargo, convidando o estudante a refletir sobre o que são os centros de memória ao longo do tempo e dos dias atuais.

Aula 2 “Configuração jurídica: demandas e expectativas”, de Silvana Goulart, parceira de trabalho e de estudo de Ana Maria Camargo, apresentando aos estudantes os aspectos legais e estruturais de um centro de memória.

Aula 3 “O tratamento dos acervos à luz da teoria arquivística”, de Clarissa Schmidt (IAC-UFF), apresentando as técnicas de organização dos acervos.

Aula 4 “Os arquivos, seu potencial informativo e a busca de aportes externos”, Ana Maria Camargo.

Aula 5 “Funções endógenas e exógenas: o desenho do acervo, de Johanna Smit.

Aula 6 “Uma identificação comum para diferentes documentos”, de Ana Maria Camargo.

Aula 7 “A base de dados e os requisitos de confiabilidade do sistema informatizado, de Raphael Novaes.

Aula 8 “A história oral nos centros de memória”, de Andrea Paula Kamensky (UFABC).

Aula 9 “Montagem de exposições e ação educativa”, de Paulo César Marins (MP-USP).


Aula 10 “A formulação de projetos culturais e a captação de recursos”, de Rebeca Finguermann (Secretaria Especial de Cultura, Ministério do Turismo).

Aula 11 “O pesquisador no centro de memória”, Alexandre Saes (FEA-USP).

Aula 12 “A conservação preventiva dos documentos em suporte convencional”, Dione Seripierri (MZ-USP).

Aula 13 “Preservação digital e segurança de dados: um novo desafio”, de José Eduardo Santarem Segundo (USP).

Aula 14 “Uma política de implantação de centros de memória”, Silvana Goulart.



Após o falecimento da professora Ana Maria Camargo, em 2023, o curso passou a ser ministrado sob a coordenação do SESC São Paulo e o programa sofreu algumas modificações. Ainda se mantendo o cronograma de 14 aulas, novos docentes foram adicionados à grade e as ementas também foram atualizadas, incluindo as visitas técnicas. Abaixo, consta a descrição do curso atual em sete módulos.

a) Centros de memória: identidades

Aula 1 “Tipologia das instituições de custódia de documentos, ênfase nos Centros de Memória”, com Marcia Pazin.

Aula 2 “Base jurídica, tipos de inserção nas instituições. Possibilidades de acervos de diferentes naturezas”, com Silvana Goulart.

Aula 3 “O documento de arquivo e sua natureza. O tratamento dos acervos à luz da teoria arquivística”, com Renato Mattos e Clarissa Schmidt.

b) Um projeto de descrição de acervos

Aula 4 “Tornar o Centro de Memória visível: Uma identificação comum para diferentes documentos”, com Camilla Campos.

Aula 5 “Bases de dados e projetos descritivos”, com Raphael Novaes.

c) Estudo de caso com Arquivo Geral USP

Aula 6 “Descrição supõe padronização, controle de vocabulário, questões de linguagem, pensar a interação entre bases de dados”, com Julietti de Andrade.

d) Centros de memória: ações para divulgar.

Aula 7 “Produtos e serviços de Centros de Memória”, com Monica Frandi Ferreira e Clarissa Schmidt.

Aula 8 “Projetos de história oral em Centros de Memória”, com Andrea Kamensky.


Aula 9 “Montagem de exposições e ação educativa”, com Paulo Garcez.
Estudo de caso com Memória Globo

Aula 10 “Formulação de projetos culturais e captação de recursos”, com Rebeca Finguermann.

Aula 11 “Acervos como patrimônio; diferentes públicos, diferentes necessidades, o historiador, o pesquisador”, com Alexandre Saes.

e) Módulo Segurança dos acervos

Aula 12 “Conservação preventiva de documentos tradicionais”, com Dione Seripierri.



Aula 13 “Projetos de preservação digital”, com Claudia Lacombe. Visita ao Sesc Memórias (manhã) e a Biblioteca Brasileira – homenagem a Ana Maria Camargo (tarde) - Visitas presenciais com transmissão para alunos online.

g) Módulo Centros de memória e regulamentação

Aula 14 “Políticas de implantação de centros de memória”, com Silvana Goulart.

Através de cada módulo mencionado, o panorama dos centros de memória brasileiros é analisado e discussões das temáticas atuais são propostas aos estudantes, entrelaçando a teoria arquivística à experiência profissional e acadêmica do corpo docente. As visitas técnicas contribuem para o melhor entendimento das práticas institucionais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS


Para Lauretti (p. 40, 2011), “ainda são escassos os autores que definem o que vem a ser centro de memória”. Em seu acervo podem entrar todos os tipos documentais, gerando diversas denominações: centro de documentação e memória, centro de informação e memória, centros de memória, entre outros.

A memória não está dada nos acervos, mas é fruto de elaboração consciente das pessoas, articulada à busca de sentidos do passado, em processo enraizado no presente. De acordo com Goulart (2023b), nos acervos está a possibilidade de leitura, interpretação e uso dos documentos, exercício de (re)elaboração, construção de novas abordagens e conexões, a partir de hipóteses de reconstituição do passado, típicas da pesquisa histórica.

Os centros de memória seriam o amálgama das funções tradicionalmente exercidas por bibliotecários, museólogos, arquivistas e historiadores, adquirindo sempre a fisionomia das instituições em que estão inseridos (Camargo, p.1, 2019).

A definição das instituições que exercem a custódia de documentos costuma ser feita em termos comparativos. A fronteira que as separa ganha, então, sentido simultaneamente didático e operacional, assumindo a rigidez ou a flexibilidade que se pretende acentuar em razão de pontos de vista, interesses e conveniências.

“Documentos são construções que nos permitem organizar, navegar e entender informações. O documento arquetípico como papel ou outro meio físico inscrito com texto é apenas uma dessas construções. Cada profissão da



informação refina sua definição de documento — a forma ou função do documento — de acordo com suas necessidades específicas” (Rogers apud Duranti, 2015).

Entender essas nuances organizacionais, conhecer as definições de documento e auxiliar no processo de preservação da memória institucional é papel de suma importância ao arquivista que atua em um centro de memória.

Observando-se as diferenças existentes na formação do profissional brasileiro e as diferentes ênfases de pesquisa atribuídas por cada instituição de ensino superior, é possível entender a relevância do curso de atualização proposto por Ana Maria Camargo. Embora Camargo tenha desenvolvido anteriormente outros cursos de extensão e atualização profissional para arquivistas, como o curso de especialização em Organização de Arquivos no Instituto de Estudos Brasileiros da USP (IEB/USP) de 1986 a 2009 e também em outras instituições como CEDIC-PUC/SP e SESC/SP, o curso da BBM/USP foi o primeiro direcionado a profissionais de centros de memória no País.

Também é importante entender a parceria de Camargo junto à BBM/USP para a organização desse curso, instituição que preserva uma gama significativa de documentos, livros, iconografias e outros itens doados, em especial, pelos bibliófilos José Mindlin e Rubens Borba de Moraes, cujas histórias se entrelaçam ao longo do tempo.

Aos centros de memória, cabe registrar também as atividades do presente e prospectar o futuro, a fim de se perpetuar, sendo uma forte presença na gestão institucional. Ao arquivista desses locais de memória institucional é esperado o esforço de se posicionar como auxiliar na gestão, em um acervo representativo e relevante, que cubra atividades processuais e as funções institucionais, na cobertura documental dos pontos de inflexão da trajetória institucional e no estabelecimento de uma política de memória.

Por fim, uma maior aproximação do profissional aos estudos acadêmicos pode aprimorar as técnicas de trabalho em centros de memória, bem como contribuir para a construção de conceitos sólidos para o desenvolvimento contínuo da área.



REFERÊNCIAS

BARBANTI, Cristina H. **Representação e recuperação da informação em Centros de Memória**. 2015. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

CAMARGO, Ana Maria. Entrevista concedida ao SESC Vila Mariana. **Cadernos SESC de Cidadania**. São Paulo, v. 10, n. 15, p. 30-33, jun. 2019.

CAMARGO, Ana Maria; GOULART, Silvana. **Centros de memória**: uma proposta de definição. São Paulo: Edições SESC São Paulo, 2015. p. 17-32. (Sesc Culturas).

CAMARGO, Célia. Centros de documentação e pesquisa histórica: uma trajetória de três décadas. **Revista CPDOC 30 anos**, Marília, UNESP, 2003.

DURANTI, Luciana; FRANKS, Patricia C. (eds.). **Encyclopedia of archival science**. Lanham: Rowman & Littlefield, 2015. p. 183-186.

GOULART, Silvana. **Configuração jurídica dos centros de memória**: demandas e expectativas. [Slide da aula 2 do curso Centros de Memória: fundamentos e perspectivas]. São Paulo, 2023b.

GOULART, Silvana. **Políticas de implantação de centros de memória**. [Slide da aula 14 do curso Centros de Memória: fundamentos e perspectivas]. São Paulo, 2023.

LAURETTI, Carolina. **Centros de memória e arquivos históricos**: semelhanças e diferenças. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Biblioteconomia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

MARTENDAL, F. F.; SILVA, E. C. L. da. Difusão arquivística e suas expressões nos cursos de graduação em arquivologia no Brasil. **Informação & Informação**, [S. l.], v. 25, n. 4, 2020, p. 256-279.

MARTENDAL, F. F.; SILVA, E. C. L. da; VITORINO, E. V. Diálogo Entregas dimensões da competência em informação e os cursos de graduação em Arquivologia do sul do Brasil. **Em Questão**, [S. l.], v. 23, n. 3, 2017, p. 53-78.

OLIVEIRA, Flávia Helena de. **A formação em arquivologia nas universidades brasileiras**: objetivos comuns e realidades particulares. Tese de doutorado em Ciência da Informação, Brasília, UnB, 2014.

PAZIN, Márcia C. Centros de memória como estratégia de preservação e acesso à informação retrospectiva. **Revista do Arquivo**, São Paulo, v. 5, n. 9, p.87-102, out. 2019.

VIANA, Diego. Uma incansável organizadora de arquivos. **Revista Pesquisa**, São Paulo, n. 333, nov. 2023. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/uma-incansavel-organizadora-de-arquivos/>. Acesso em: 20 dez. 2024.



VITORIANO, Márcia C. Pazin. **Obrigações, controle e memória**: aspectos legais, técnicos e culturais da produção documental em organizações privadas. 2011. 356 p. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, 2011.